



**INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO INTERDISCIPLINARES EM
HUMANIDADES**

LEURANA LOPES MENDES

**O PODER RELIGIOSO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS POLÍTICOS NA
GUINÉ-BISSAU (1998 - 2020)**

ACARAPE

2021



**INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO INTERDICPLINARES EM
HUMANIDADES**

LEURANA LOPES MENDES

**O PODER RELIGIOSO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS POLÍTICOS NA
GUINÉ-BISSAU (1998 - 2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

ACARAPE

2021

LEURANA LOPES MENDES

O PODER RELIGIOSO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS POLÍTICOS NA GUINÉ-BISSAU (1998 - 2020)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de projeto de pesquisa do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinador: Prof. Me. Idriça Cassamá (UFRN)

Examinador: Prof. Dr. Fela Armando Pereira (UFRGS)

Examinador: Prof. Msc. Policarpo Gomes Caomique (UFBA/UNILAB)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	01
2. JUSTIFICATIVA	03
3. DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA.....	05
4. OBJETIVOS	07
4.1 OBJETIVO GERAL	07
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	07
5. HIPÓTESES	07
6. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	07
6.1. RELIGIÃO NO CONTEXTO AFRICANO ANTES E APÓS CHEGADA DOS EUROPEUS.....	08
6.1.1 RELIGIÃO TRADICIONAIS AFRICANAS: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
6.1.2 ISLAMISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
6.1.3 CRISTIANISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
6.2 PLURALIDADE RELIGIOSA E A DEMOCRACIA NA GUINÉ BISSAU.....	16
6.2.1 ESTADO, RELIGIÃO E A POLÍTICA	19
7 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
7.1 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	23
REFERENCIAS	24

ABREVIATURAS

PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
UNILAB: Universidade Da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira
FMI: Fundo Monetário Internacional
OMC: Organização Mundial De Comercio
ONU: Organização Das Nações Unidas
UA: União Africana
CEMGFA..... Chefe Do Estado-Maior General Das Forças Armada

1 APRESENTAÇÃO

A Guiné-Bissau é uma ex-colônia portuguesa com área de 36.125 km², que se situa na costa ocidental da África, banhada pelo Oceano Atlântico. Faz fronteira ao norte com República do Senegal e ao sul e leste com a República da Guiné Conacri. “O país possui uma população de 2.093.933 mil habitantes segundo a projeção do recenseamento realizado pelo Departamento De Assuntos Econômicos E Sociais Das Nações que tem como sigla: UN-DESA (2020).

Teve a sua independência em 24 de setembro de 1973, mas foi reconhecido por Portugal só em 11 de Setembro de 1974, foi a primeira colônia portuguesa no continente africano a ter a independência reconhecida por Portugal, graças aos seus corajosos filhos. “Coragem e medo, ousadia e submissão convivem no mesmo homem em luta pela maioria” (DIAS, 1996, p.15). De 1973 iniciou o regime de partido único com a proclamação da independência e elaboração da constituição de 1973, e terminou, em termos formais, em maio de 1991 com a implementação do multipartidarismo e a queda do artigo 4 da constituição que considerava o PAIGC, a única força política e representante legítima do povo guineense.

Segundo, Maurice Duverger *apud* 1978 LOBO & NETO (2009, p 19),

o semi- presidencialismo trata-se de um regime em que há um presidente da República eleito por sufrágio direto e universal a quem são atribuídos poderes consideráveis. Este presidente coexiste com um primeiro-ministro com poderes executivos substanciais e responsável perante o parlamento.

Contudo, adotou o regime democrático no início dos anos noventa do século passado, ao longo dos anos, este país enfrentou frequentemente os momentos de instabilidade política, principalmente, a partir de 1998 a essa parte. Em consequência disso, nenhum governo eleito democraticamente conseguiu completar com sucesso o seu mandato por conta dos conflitos. Os golpes de estado que ocorreram ao longo desse período enfraqueceram o processo de fortalecimento e construção do Estado de direito e democrático.

Perante esses cenários, pretendemos saber as causas e qual foi o papel da religião na resolução dos conflitos para fortalecer o funcionamento do Estado guineense em serviço do bem coletivo. Para o Krader (1970), o Estado atualmente pode ser definido como forma de governar sociedades com grande número de população. Nele, podemos encontrar muitos grupos formados em classes sociais e associações reunidas sob mesmo domínio. O que demonstra que existe a heterogeneidade dentro duma entidade estatal, tanto a nível econômica, cultural, assim como social. Ou seja, como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado

território funciona como o elemento capaz de exercer o monopólio e uso legítimo da violência física (WEBER, 2004).

No caso da Guiné-Bissau, vê-se que esse país passou por momentos de crise política profunda, por ter-se verificado momentos conturbados de conflitos, instabilidades políticas que trouxeram muitas consequências ao funcionamento do estado de direito democrático. O exemplo disso, podemos citar: o caso de conflito político militar de 07 de junho de 1998, fruto do levantamento militar conduzido por Ansumane Mané para contestar a sua destituição da função de Chefe de Estado Maior das Forças Armadas-CEMFA por Nino Vieira, o então Presidente da República. Esse conflito armado que durou 11 meses causou a perda de muitas vidas, o êxodo de 300. 000 habitantes da capital e a destruição de muitos edifícios no país (CAMPOS, 2012). A natureza desse conflito é descrita da seguinte maneira,

este conflito desencadeado numa primeira fase pelos militares, rapidamente transformou-se em político-militar quando um número considerável de políticos e acadêmicos revoltados com o rumo que o país seguia se juntaram a estes militares. Foram essas pessoas que transformaram aquilo que era um “simples” ajuste de contas em conflito, opondo de um lado o presidente Nino Vieira e de outro uma ala das Forças Armadas da autoproclamada Junta Militar, comandada pelo Ex-chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, o Brigadeiro Ansumane Mané (LOPES, 2010, p.12 *apud* QUEIROZ, 2017, p.174-175).

Além desse conflito, surgiram outros acontecimentos que colocaram em causa o processo da estabilização do país e o funcionamento das instituições estatais, entre os quais podemos destacar, o assassinato do Ansumane Mané o então CEMFA, em 30 de novembro de 2000 mediante um desentendimento com um dos altos oficiais militar, o Veríssimo Correia Seabra e com Presidente da República de então, o Kumba Ialá. Este último, veio a ser acusado de incapacidade em resolver os problemas do país, o que culminou com a sua destituição em 14 de setembro de 2003 por Veríssimo Correia Seabra, então CEMFA. Kumba Yalá herdou um país destruído pela e cujas consequências se faziam sentir em todos os sectores da sociedade. A rejeição ao Kumba iniciou com o assassinato do CEMFA Ansumane Mané em 2000. As coisas pioraram a partir da dissolução do parlamento em 2002, porque não conseguiu realizar eleições na data prevista na constituição, adiou, várias vezes, as eleições. Soma-se a isso frequente troca de primeiro ministração e acusação de etnização do aparelho do Estado.

De acordo com o site dos dados da página Brasil Escola Sobre Guiné-Bissau, o país tem a “economia um pouco desenvolvida. A agricultura, responsável por absorver mais de 80% da força de trabalho local, baseia-se no cultivo de castanha de caju (o país é o sexto maior produtor

mundial), algodão, arroz, inhame, banana, manga e cana-de-açúcar. Essa atividade econômica ocupa 12% da superfície territorial da Guiné-Bissau.¹

A pesca é outro elemento importante para a economia nacional. O país é exportador de camarão. Existem grandes reservas minerais a serem exploradas na Guiné-Bissau, já foram confirmadas reservas de fosfato, bauxita e petróleo. O clima é tropical, úmido e quente, com duas estações: a seca e a das chuvas. a primeira estende-se sensivelmente entre dezembro e abril. As chuvas iniciam habitualmente em meados de maio, até novembro (FRANCISCO, 2019).

Perante todos estes acontecimentos de golpes de estado, derrubadas dos governos, e assassinatos, que ao nosso olhar impediram, ou melhor, impedem tanto, o normal funcionamento do Estado do Direito e democrático, assim como o desenvolvimento do país.

2 JUSTIFICATIVA

A Guiné-Bissau é um país democrático e laico com diversas etnias, crenças, religiões e culturas diferentes. No entanto, a partir dessas diversidades um dos motivos da escolha desse tema tem a ver com as minhas inquietações sobre o papel religioso na resolução dos conflitos políticos guineense.

Um outro ponto também, é após as minhas inquietações e curiosidades sobre o meu país tendo em conta o contexto histórico vivido desde a época colonial até a data de 2020 não houve uma estabilidade política de verdade como nos outros países africanos, por exemplo, Cabo Verde,... e entre outros, que passaram por mesmo processo de colonização e que hoje eles vivem num cenário político mais “estável” diferentemente com a da Guiné-Bissau que é um país marcado por Golpes de Estado, assassinatos e turbulências políticas recorrentes entre elites, que contribuíram para uma instabilidade no país.

Sendo cidadã guineense e ao mesmo tempo religiosa, preocupada com o bem-estar públicos, nasci em Bissau no capital e passei a minha maior parte de vida lá, mas, houve um momento de desentendimento familiar na qual eu tive que sair de Bissau para ir ficar no segundo capital denominado de Bafatá na zona leste do país. Bafatá é umas das cidades históricas da Guiné-Bissau onde as pessoas ainda estão muito ligadas às suas crenças, ou melhor, as suas religiões e, fiquei lá por um período de 03 (três) anos com a minha avó.

¹ CONFIRMAR: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/guinebissau.htm>. Acessado no dia 13/03/2021

Durante este período da minha estadia nesta região tive o privilégio de participar como ouvinte em alguns dos encontros dos chefes religiosos com alguns membros do estado (ministros, governadores, representantes de algumas instituições privadas) que me ajudou a ter um pouco da noção de como eles contribuem para as resoluções dos conflitos e as soluções e estratégias apresentadas por eles que podiam ajudar nas resoluções de conflitos políticos e no bem estar da população se forem acatados.

Durante os eventos que participei percebi que o Estado guineense nunca se desvinculou da religião porque ele usa-a quando for conveniente, isso fez com que ele fique mais forte na sociedade percebi que estes são chamadas sempre para mediar os conflitos no país. Em dezembro de 2017 antes de eu vir para o Brasil estudar, ouvi no rádio que os líderes das várias confissões religiosas na Guiné-Bissau reuniram com diferentes entidades políticas do país para tentar mediar a crise política.

Esses eventos criaram-me algumas dúvidas e comecei a refletir sobre os verdadeiros motivos desses encontros, eu procurei saber se os políticos os envolvidos na crise acatam os conselhos dos chefes religiosos ou chamam-lhes, apenas, para disfarçar e/ou manipular a opinião pública.

O interesse pela temática surgiu na disciplina de Experiência Prática e Significado, do Curso de Bacharel em Humanidade da UNILAB, na qual discutimos alguns pontos que falavam acerca da importância da religião na vida de um homem e como são atribuídos valores em diferentes sociedades, principalmente no continente africano. Logo, pensei sobre o meu país Guiné-Bissau onde as crenças religiosas ainda estão, fortemente, enraizadas nas pessoas, ou seja, a influência da religião é ainda muito forte, pois se viajarmos para as regiões ou andarmos nas ruas encontraremos muitas Igrejas, Mesquitas ou locais muito sagrados para algumas religiões tradicionais que lembram ou que marcam a presença de algo divino, mas, isso só não é suficiente para afirmar que existe a influência da religião, mas, podemos ver as intervenções religiosas nos momentos das eleições, dos conflitos políticos e nos momentos de tomada de algumas decisões importantes nesse país.

Os líderes das várias confissões religiosas na Guiné são vistos como pessoas de referências com responsabilidades enormes e eles têm feito um trabalho brilhante na prevenção de conflitos. A própria religião está preocupada com os projetos políticos eleger deputados, ministros etc. Para que eles possam influenciar na sociedade estabelecer algumas leis ou normas de acordo que ele pensa no seu grupo religioso.

Percebi que a Religião tem um poder muito forte, ou seja, tem uma grande influência na cosmovisão do cidadão, a nossa fé não só está ou pode, mas deve a nossa visão sobre o mundo

e quando estamos a falar disso estamos a falar também da nossa visão política no qual a nossa crença influencia no nosso posicionamento política. Se notarmos bem todos os posicionamentos político é fundamentado por uma ideologia, ou seja, cosmovisão por exemplo luta de classe social, pecado, burguesia.

A nossa proposta de trabalho tem duas contribuições importantes: acadêmica e social. No que se refere à primeira contribuição é que a temática exposta é pouca estudada e debatida no âmbito acadêmico, sobretudo numa perspectiva crítica e servirá como suporte teórico para as futuras pesquisas que serão posteriormente desenvolvidas nas ciências humanas sobre esta temática.

No segundo caso, espera se que esse tema tem uma grande relevância, não só para a sociedade acadêmica, mas também para sociedade em geral, especialmente para o meu país, pois o trabalho visa analisar o poder religioso na resolução dos conflitos políticos. Em outras palavras, a política e a religião são temas muito polêmicos na arena acadêmica que, quando é debatido, pede-se muita reflexão do leitor. Portanto percebe-se que este nosso trabalho possui inúmeras vantagens, sejam elas políticas, acadêmicas ou sociais. No âmbito político irá exigir os responsáveis políticos um sério comprometimento de não misturar a religião com a política, mas que devem respeitar as suas ideologias.

Nessa perspectiva, é importante a escolha desse tema no sentido de ajudar os guineenses, e a sociedade em geral a entender o papel de cada uma dessas instituições na resolução das crises políticas que o país tem vivenciado ao longo do tempo e, por outro lado, este trabalho ajudará de modo particular a sociedade Bissau-guineense a fazer uma reflexão crítica numa perspectiva construtiva para desenvolvimento do país, espera-se ainda que haja uma mudança radical em nossa sociedade.

3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA

Falar da religião e da política na Guiné-Bissau pode se perceber segundo Mbiti (1969), por exemplo, sustenta em seu trabalho *African Religions and Philosophy* que “os povos africanos são preeminente religiosos, nem mesmo sabendo viver sem religião” (MBITI, 1969, p. 2).

Na Guiné-Bissau é muito comum a religião querendo andar de mãos dadas com o mundo político e isso acabam trazendo muitas das vezes certo prestígio para as ambas desses grupos, eles passam a parecer nos lugares importantes, nas mídias e ele começa-se aproximar do poder.

Buscaremos propor uma reflexão sobre o Estado e a Religião em uma perspectiva conceitual e política. Tendo como foco principal o papel das religiões na resolução dos conflitos políticos. Nesse caso, a análise será feita em três religiões: A católica, o Islamismo e a tradicional. O estudo tem como recorte temporal de 1998 – 2020 sendo um período marcante na história do país. O conflito político militar de 07 de junho de 1998, foi nesse período que aconteceu um dos conflitos mais sangrentos da história recente da Guiné-Bissau, no qual morrem centenas de pessoas e após esta guerra a sociedade guineense ficou destrozada e é golpe atrás de golpe. A partir dessa data até 2020 houve muitos conflitos institucionais na qual vários grupos são chamados para mediar.

O tema surgiu a partir do interesse em compreender alguns questionamentos a respeito do poder religioso na resolução dos conflitos na Guiné-Bissau, nesta perspectiva antevemos colocar algumas inquietações ou indagações que norteiam a nossa proposta da pesquisa. Quais são os motivos de recorrência a religião para a resolução dos imbróglis políticos na Guiné-Bissau? No nosso ponto de vista o motivo principal da recorrência a religião para a resolução imbróglis políticos na Guiné-Bissau é a questão de manipulação ou seja é um meio que os políticos usam para esconder as suas máscaras e explorar, enganar e abusar dos seus direitos por que as religiões são fenômenos sociais que ressignificam a coletividade e ainda é uma fonte de moralidade e tem a possibilidade ou a capacidade de produzir efeitos nas pessoas ou num grupo de pessoas podemos dizer em outras palavras as suas doutrinas ajudam afastar as pessoas das dificuldades e dos problemas no qual ela se encontra ou melhor é tipo de adormecimento do moral e os políticos aproveitam disso para os seus benefícios.

Com isso, podemos questionar novamente até que ponto as soluções apresentadas pelos chefes religiosos são importantes para a resoluções dos conflitos políticos? De escala de 1 a 10 eu daria 9 pontos, porque o principal objetivo da religião é a preservação do bem comum e na esfera dos direitos humanos. Mas, será que as pessoas envolvidas na crise levam em considerações as opiniões ou recomendações dos chefes religiosos? Desse modo, podemos pensar que não porque se eles tivessem seguido os conselhos e os princípios das religiões muitas coisas teriam mudado porque os princípios que as religiões apresentam hoje em dia vai contra todos os tipos de violências, abuso e desigualdade.

Até que ponto a religião consegue resolver de maneira idónea as clivagens políticas neste país? Ela não consegue resolver 100%, porque acaba por ser vítima e usada por algumas pessoas como ferramenta de manipulação para os seus benefícios pessoais. Essas são questões que vão nortear a nossa pesquisa do ponto de vista teórico questões essas que serão respondidas durante a pesquisa.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o papel poder religioso na resolução dos conflitos políticos na Guiné-Bissau (1998 - 2020).

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Entender os momentos de crise política guineense que marcaram a presença dos responsáveis religiosos e as propostas por eles apresentados para resolução dos conflitos políticos na Guiné-Bissau;
- Analisar como os fatores religiosos, ou seja, até que ponto os responsáveis religiosos contribuíram ou não na resolução de conflito político guineense;
- Entender a contribuição do poder religioso e participação do poder local para afirmação da democracia na Guiné-Bissau.

5 HIPÓTESE

No nosso trabalho, partiremos das seguintes hipóteses:

H¹ - A Religião é usada como fermenta de manipulação para obtenção de votos nas eleições, tanto nas legislativa tanto nas presidenciais;

H² - Os grupos religiosos nas políticas públicas possuem impacto considerável nas Mobilizações e nas tomadas das decisões dos representantes políticos vinculados às frentes parlamentares religiosas.

6-FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Com o propósito de sustentar o nosso estudo, cujo tema “O Poder religioso na resolução dos conflitos políticos na Guiné-Bissau (1998 - 2020) a nossa fundamentação teórica trará consigo um levantamento bibliográfico dos autores que abordaram esse tema, fornecendo uma melhor compreensão de como se deu a inserção do poder religioso na resolução dos conflitos políticos na Guiné-Bissau desde 1998 até 2020 de ponto de vista teórico.

Neste ponto, começaremos a nossa fala, com definição e contextualização da religião e em um contexto, mas geral na história da África e principalmente na Guiné-Bissau.

Em seguida, iremos falar das quatro definições institucionais para entender contexto religioso na mediação política: do Estado, da política, da Democracia e da Nação, para podermos compreender de uma forma mais clara sobre os fatos e fatores que hoje se encontram a nação guineense.

6.1. RELIGIÃO NO CONTEXTO AFRICANO ANTES E APÓS CHEGADA DOS EUROPEUS

Falar da história do continente africano, principalmente da religião, é a parte mais difícil, porque a história desse continente tem várias percepções e cada uma delas explica da sua maneira, e acaba ficando confuso. Apesar que disseram que foi aí nesse continente que nasceu um dos povos mais estudado na antiguidade da raça humana os “Egípcio” ainda tem muitas coisas para serem estudados com cuidado. Segundo Mônica Lima (LIMA, 2004, p.85, *apud* PELÓGIA e GONÇALVES, 2013 p. 12),

não há como recuperar a africanidade sem conhecer a própria história da África. Ao mesmo tempo, é necessário despir-nos dos preconceitos etnocêntricos (olhar um povo ou etnia com valores de outro) a África como lugar atrasado, inculto, selvagem e deixar de ou supervalorizar o papel de vítima- do tráfico, do capitalismo, do neocolonialismo, atitude que alimenta sentimento de impotência e incapacidade.

De acordo com a Lima, (2004), podemos entender que para melhorarmos o nosso entendimento sobre a história do nosso continente, é necessário ter um conhecimento mais profunda sobre as nossas raízes, resgatar os valores perdidos e aceitar outros valores.

Segundo Domingos (2015, p.168),

quando falamos da África precisamos ter a prudência necessária, porque trata-se de um imenso continente com grandes diversidades socioculturais do leste ao oeste e do Norte ao sul. A questão é saber se devemos falar da sociedade africana no singular ou no plural: porém, há várias civilizações e tradições na África.

O continente africano apresenta uns conjuntos de religiões muitos diversificadas e complexas, na sua totalidade que ainda tem muito a estudar, descobrir e que precisa da participação das especialistas, dos próprios africanos e dos próprios nativos, isso não quer dizer que, só os nativos podem estudar ou falar das suas histórias ou cultura pois, porque, ainda

existem os códigos e padrões partilhados dentro dos costumes ou culturas que são difíceis de ser entendida por outro do que por próprio nativo, porque estes são partilhados entre os nativos, e nem os africanistas entenderia, de forma que precisa de um estudo muito cauteloso e atencioso principalmente vivência ou integração do próprio nativos.

De acordo com as histórias, os ensinamentos e de acordo com o Cabral (2016), antes dos europeus pisassem os seus pés no continente africano, existiam conhecimentos. Os povos africanos tinham os seus próprios saberes e visões do mundo, e se organizavam entre reinos e clãs, existia etnias e cada uma delas tinha as suas maneiras de praticar as suas crenças.

De acordo com o (CABRAL, 2016, p.4),

reinos como Songhai, Yam, Kerma, Napata, Ashanti, Abomey, Oyo e Mossi tinham um Estado altamente organizado, com instituições complexas como um conselho de anciãos, que definia e controlava o poder exercido pelo governante da tribo, bem semelhante ao senado romano e um sistema administrativo e burocrático que era muito parecido com os sistemas de outras partes do mundo.

Cabral (2016), aponta que os africanos tinham uma noção de deus único, maior, criador, distante do homem, assim como no cristianismo ou no islamismo. Os povos africanos acreditavam na existência de um Ser Supremo, sobrenatural e os espíritos dos ancestrais que era ou que são considerados sagrados que tem supremacia sobre a vida ou a morte, que tem poder de recompensar ou punir aqueles que não obedecia às regras da comunidade, valorizava mais o envolvimento coletivo do que o particular. Todas as experiências dos homens estavam ligadas ao sobrenatural, à afeição, ao amor e ao respeito pelas coisas religiosas.

De acordo com a (OPOKU, 2010, 593),

A religião africana tradicional não apenas era onipresente, mas também unia os homens aos poderes invisíveis, ajudando-os a estabelecer relação justas com as relações extra-humanas e com seus semelhantes. A religião era amálgamas que dava as sociedades humanas solidez, estabilidade e coesão. Além disso, ajudava os homens a compreender e dominar os acontecimentos, a se libertar das suas dúvidas, angústias e sentimento da culpa.

Todas as experiências dos homens africanos estavam ligadas ao sobrenatural, aos poderes invisíveis à afeição, ao amor e respeito pelas coisas religiosas, era o que fazia parte da construção das ideias da sociedade tradicional (OPOKU, 2010). Deus ocupava o primeiro lugar espíritos dos ancestrais (considerados sagrados). Existiam os poderes místicas com talentos para ajudarem ou fazerem mal aos seres humanos, aqueles que merecem.

Antes da instalação do regime colonial, partir do século XIX o “berço da humanidade” a África sofreu a invasão e as mudanças nos costumes religiosos e sociais pelo islamismo ou cristianismo. Ressalto que o Islão no continente é muito mais novo que o cristianismo.

De acordo com Júnior (2016, p.68),

durante os períodos pré-coloniais, tratando das invasões e penetração do islamismo na Guiné-Bissau, a antiga Guiné Portuguesa foi ocupada pela primeira vez segundo a história pelo império de Gana a partir do século V; nessa época não existiam as invasões religiosas no continente africano, mas sim ocupação dos territórios na ampliação dos reinos (...) supremacia religiosa começou da conquista da Hégira (era muçulmana) a partir do século VI a VII, nos anos 570 a 632, a fuga do Mohamed, de Meca para Medina que aconteceu no ano 622 (d.C.), marcando assim o início da era muçulmana, daí começaram as conquistas e invasões da religião muçulmana.

Começou com a guerra santa, quando os Jihad (em árabe significa “esforço” ou “luta”) querendo uma nova fé e se converteram num Estado fundamentado na religião, naquela época o povo era obrigado a seguir as leis do islão que foram postas, estendeu-se através da zona do Sudão e da África Ocidental começando do Senegal até norte da Nigéria. Os muçulmanos conseguiram penetrar na África Ocidental através dos interesses em atividades comerciais no interior, usando a sua influência econômica. Os primeiros grupos étnicos (sarakolés ou soninkés) deram origem ao grupo étnico mandinga (MOIO, 2008).

Atualmente a etnia mandinga é uma das etnias da Guiné-Bissau, proveniente do Mali, antigo reino que predominava antiga Guiné Portuguesa (Província ultramarina), antes da chegada dos colonizadores portugueses.

Com a chegada e instalação da modernidade “fenômeno do Renascimento” nos séculos XV a XVIII, marcou-se de uma era de mudanças e da construção de uma matriz de pensamento europeia, novas tecnologias, novos pensamentos e conduta grega nas Artes, Ciência e Filosofia para a Europa “O mundo conhecido expandia-se imensamente; o Homem descobriu novos continentes e deu a volta ao Globo” (TARNAS, 1999, p. 246). A partir dessa época do avanço no desenvolvimento trazidos nessa nova era, intensificam-se as Grandes Navegações e a descoberta de “novos continentes”.

De acordo com (TARNAS, 1999, p. 249),

as descobertas de novos continentes trouxeram novas possibilidades de expansão econômica e política, além da conseqüente transformação radical das estruturas sociais europeias. Com essas descobertas, havia o conhecimento de novas culturas, religiões e modos de vida, introduzindo na consciência europeia um novo espírito de relativismo cético quanto ao do absolutismo de seus pressupostos tradicionais. Os horizontes do Ocidente – geográficos, mentais, sociais, econômicos, políticos – mudavam e se expandiam de maneira até então inédita.

A África foi um dos continentes invadido e dominado pela Europa nos finais do século XIX, e que passou também pelos processos de libertação colonial no pós-guerra. Nos primeiros momentos vieram como comerciantes e posteriormente dominaram e controlaram o continente e populações nativas em África.

De acordo com Boahen, (2010, p. 03),

até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados. No entanto, nos trinta anos seguintes, assiste-se a uma transmutação extraordinária, para não dizer radical, dessa situação. Em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira vê-se submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, mas de modo geral, muito mais extensas do que as formações políticas preexistentes e, muitas vezes, com pouca ou nenhuma relação com elas. Nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais.

Antes da invasão das potências ocidentais, algumas sociedades africanas se encontravam estruturadas de forma Estatal ou imperial, no caso, do Egito, da Gana, do Mali e da Etiópia, exercendo várias atividades econômicas ou comerciais, religiosas, agrícolas, políticas. De acordo com (MENDES, 2018. p,23-24)

até o século XVII, quase a totalidade do território da Guiné-Bissau integrava o reino de Gabú que, por sua vez pertencia ao legendário Império do Mali. Era um pequeno território da África Ocidental, onde tinham usos, costumes e línguas étnicas. Em 1446, o navegador português Nuno Tristão chega às costas da Guiné-Bissau com objetivo de fazer o comércio dos escravos, do ouro, do marfim e das especiarias. O escravo era uma mercadoria valorizada pelos navegadores na época. Os colonizadores usavam algumas estratégias com objetivo de facilitar o comércio, aproveitando de alguns africanos para capturar os seus companheiros.

É sabido, antes da chegada dos colonizadores (portugueses), no continente africano, especificamente no território da Guiné, corresponde a atual Guiné-Bissau, existia religião. Ainda (MENDES,2018. p,24) afirma que,

a chegada dos primeiros missionários e colonizadores em 1446 à Guiné-Bissau não se limitava ao comércio, mas também com o objetivo de evangelizar e colonizar, por considerarem este território um espaço vazio, desprovido de conhecimentos e pronto a ser preenchido pelo saber universal, os vários grupos étnicos que viviam neste espaço tinham a sua própria religião, usos e costumes, em que se baseavam os seus comportamentos e atitudes.

Perante esta afirmação pode-se perceber que, com a chegada da potência europeia no continente africano, principalmente, em atual Guiné-Bissau naquela época veio juntamente alterar as vivências e a ordem de um mundo antigo de crenças e ideias desse povo, ou seja, trocas culturais e de alteração trazendo novas mudanças e eles foram obrigados a adaptarem o novo padrão, a invasão dos colonizadores foi facilitada pelos missionários europeus.

De acordo com o Portal hpip (2020), o Cacheu no século XVI foi a primeira cidade na qual foram construídos os primeiros estabelecimentos portugueses em toda África Ocidental, e a igreja portuguesa, Nossa Senhora de Natividade (padroeira de Cacheu), a primeira construída da Costa Ocidental africana. Atualmente esse espaço é um polo dos fiéis católicos da Guiné-

Bissau, no qual é feita todos os anos a peregrinação, a partir do mês de dezembro todos fieis cristãos vão a este lugar para meditar.

6.1.1 RELIGIÃO TRADICIONAIS AFRICANA: CONTEXTUALIZAÇÃO

As religiões tradicionais africanas ou também referidas como religiões indígenas africanas, é chamado assim porque são aquelas praticadas no continente africano, ou seja, englobam um conjunto de manifestações espirituais, culturais e religiosas originárias do continente africano. O continente africano é composto por 54 países, cada um desses países existe uma variedade étnicas que tem autonomia em relação ao seu culto e a forma específica de manifestação da fé, segundo Domingos (2015, p.168) e “a base cultural comum encontra o seu fundamento na tradição filosófica e religiosa que partilham quase todas as sociedades africanas pré-coloniais, pré-islâmicas, coloniais e pós-coloniais”. Perante esta afirmação, percebe-se que base cultural, filosófica e religiosa é comum entre esses países, ou seja, os modos de vida, a relações entre o mundo visível dos homens e o mundo invisível regido pelo Criador e as potências (ancestrais, sobrenatural). Segundo Opoku (2010, p. 592),

essa onipresença no modo de viver dos povos africanos dava à religião tradicional um caráter global, no contexto da cultura de onde se tinha originado. Estava baseada em uma visão particular de mundo, que não incluía somente a percepção do sobrenatural, mas também a compreensão da natureza do universo, dos seres humanos e do seu lugar no mundo, assim como a compreensão da natureza de Deus, cujo nome variava de uma região para outra.

A África apesar de possuir povos e manifestações da fé diferentes, as religiões tradicionais africanas possuem vários pontos essenciais comuns, mas tendo como objeto central a vida. De acordo com Domingos (2015, p.168),

a tradição religiosa Africana compreende o seu ponto culminante na relação fundamental entre Deus, o homem, a natureza que se revela na visão unificada do mundo, [...]o ser humano é constituído por substancia material e de substancia imaterial. A parte imaterial sobrevive à morte e a parte material se desintegra. A morte, portanto, não significa o fim da vida, mas sim uma viagem, a continuidade da extensão da vida.

Há uma cosmovisão da religião tradicional africana distingue-se em dois aspectos da realidade, aquilo que é material (visível), e aquilo que é material (invisível e espiritual),

as civilizações africanas são civilizações simbólicas, nas quais os mortos e os vivos constituem uma mesma comunidade e a morte não é considerada senão uma passagem para um estágio Superior; assim, o ancestral poderá voltar ao mundo dos vivos, reencarnando-se no seu bisneto (BASTIDE,1967, p.9).

Portanto, a sociedade africana é composta pelos vivos, pelos mortos, e por aqueles que ainda não nasceram, percebe-se que as tradições africanas estruturaram o poder junto ao divino, ou seja, o sagrado influencia no dia a dia das pessoas em muito aspecto social, portanto, a

religiosidade na África está ligada ao modo de estar do indivíduo no mundo. “A religião tradicional africana estava (e está) inextricavelmente ligada à cultura africana. Era uma realidade presente em todos os setores” (OPOKU,2010, p. 591). A religião enquanto elemento cultural, ou seja, há uma ligação entre cultura e religião, que envolvem ensinamentos, práticas e rituais que proporcionam à estrutura das sociedades nativas africanas que está perpetuada seus preceitos até hoje e que participaram na formação da identidade e costumes do povo africano.

Na África Ocidental cultua as divindades das forças da natureza. Em cada região ou etnia do continente o ser supremo recebe um nome específico: Zambi em Angola e no Congo, Olorum entre os Ketu e Mawu entre os Jeje, e entre outros (DOMINGOS, 2015).

Em relação aos nomes do ser Supremo em África nos permitem trazer a experiência vivida de uma parte da Costa Ocidental da África, a República da Guiné-Bissau, cujo o território existe uma imensa variedade étnica, cultural e religiosa. Mas cada um com a sua a linguagem. Por exemplo, Nassin batchy, Nalibatchy, é usado pelo povo Mandjaku de (Calequisse e Caió) da região Norte; “N’gala” num dos ramo da etnia do ovo Balanta/Brasa, da região Sul e Norte; Allah, povo Fula, Mandinga da zona leste que tem como a religião islâmico, e Já no centro no capital, Bissau, existem um enorme conjuntos de nomes, levando em conta a concentração de diferentes etnias e religião, a etnia Pepel tem o maior concentrado no capital, pois são os primeiros a ocuparem esta região, Kansaré. O termo “Deus” é usado mais no capital, devido à maior presença da língua crioulo.

As religiões na Guiné-Bissau não são dominadas da forma que são nomeadas pelos colonizadores, quando se pergunta para um nativo qual é a sua religião, a resposta é sempre ligada à sua etnia, sou Mandjaku, Balanta, Papel, o que significa a etnia dela, e não religião.

6.1.2 ISLAMISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO

Para Gaarder et al (2000, p 127), “a palavra ISLÃO teve a sua origem na Arábia e nessa mesma língua que é árabe significa ‘submissão’ submissão a Deus, ela foi fundada pelo profeta Mohammad, em Meca no ano 610 depois de Cristo, o livro sagrado dos muçulmanos, o Corão ou Alcorão, foi escrito em árabe. Em consequência, o elemento árabe é importante no islã”.

Pizza, (1996; apud MATOS, 2009, p.452) coloca que “ela é a última entre as três grandes religiões monoteístas no mundo, tendo surgido depois de judaísmo e cristianismo. É uma religião que se fundamenta na base monoteísta, caracterizada por acreditar em um único Deus”. De acordo com o Bíssio (2012, p.38),

a comunidade islâmica nasce na península Arábica, em um meio geográfico hostil, mais precisamente na cidade de Meca, situada em um vale rodeado por cadeias montanhosas e pelo deserto. Com a expansão do Império, o Islã incorporou mais duas vastas regiões desérticas: no Oriente, o deserto Persa; no Ocidente, o Saara. Não há de se estranhar, portanto, que a montanha, o deserto e até a areia fossem espaços (...) de uma complexa teia de relações que foi teorizada (...) e estudada na reflexão teológica. O deserto e a montanha são exemplos paradigmáticos do espaço utópico muçulmano.

Gaarder et al. (2000), refere que o islamismo é a segunda maior religião do planeta depois do cristianismo, já que é praticado por uma sétima parte da população mundial, cerca de 15%. “Informa-nos ainda que está bastante difundido na África e na Ásia e que isso acarretou grandes levadas de africanos e asiáticos tornarem o islamismo a maior religião de minorias étnicas na Europa” (MATOS, 2009, p.452).

Em relação à chegada do islamismo no continente africano, em especial na Guiné-Bissau, ao longo do processo evolutivo, a penetração da religião islâmica na Guiné-Bissau só é possível graças às influências da população vindas de alguns países vizinhos, mas, “emergiu-se a partir de grandes impérios como, império de Gana no século X, do império do Mali no século XII e o império de Songhai século XVI”. Com efeito, no apogeu do império de Mali que ocorreu a mandinguização ou islamização dos submetidos ao poder Mandinga (DJALO, 2012 Apud CANDÉ, 2019, p.14).

6.1.3 O CRISTIANISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO

O cristianismo que é considerada uma das principais religiões do mundo, especialmente, no continente Africano onde milhares de novas igrejas cristãs foram fundadas nas últimas décadas.

De acordo com (WILKINSON, 2011, *apud* Rocha, 2015, p.14),

O Cristianismo originou-se do Judaísmo, surgindo numa pequena porção do Império Romano há cerca de dois mil anos. Enormemente influente na Europa e nas Américas, cresce com rapidez no mundo.

De acordo com Arsego, 2008, p. 10) no início,

o cristianismo era uma seita de judeus para judeus, e não tinha uma hierarquia rígida. Existiam bispos independentes, com opiniões diferentes sobre a fé. Porém essa fase tão democrática teve fim no ano 312 quando o então imperador romano Constantino, que era judeu, mas havia aderido ao cristianismo, convocou o primeiro Concílio das Igrejas, que teve a participação de 318 bispos cristãos, (cristãos e não católicos, pois o catolicismo ainda não havia sido fundado). Constantino construiu uma igreja em um bairro romano chamado Vaticanus, e os bispos construíram palácios ao redor dessa igreja, originando o Vaticano. Devido a problemas com o senado romano, Constantino mudou a sede do Império de Roma para uma cidade que depois passou a se chamar Constantinopla. Como resultado a isso, o Império Romano passou a ter duas sedes, Roma e Constantinopla, que mais

tarde se tornaram o centro da Igreja Católica dividida em Igreja Católica Romana e Igreja Católica Grega.

O catolicismo é a forma mais antiga dos judeus de entender religião segundo Arsego, (2008, p.10),

a palavra Catolicismo tem origem no grego Katholikos, com o significado de geral ou” universal “. O Catolicismo é a vertente do cristianismo mais disseminada no mundo todo e também o mais antigo, conhecido como igreja organizada.

Perante a esta afirmação pode-se perceber que para ser cristão não é necessário ter um título, mas sim enquadrar-se numa forma de viver, uma conduta pautada na pessoa de Jesus ou melhor é seguir Jesus e identificar-se com Ele.

De acordo com Dias (1996, p.10), “nos continentes de missão, como a África e a Ásia, a Igreja suavizou o mando bruto dos colonizadores, praticando a "caridade" que desarmou os nativos, em todos os sentidos”.

Os colonizadores utilizavam a “conversão” ao cristianismo como forma de estabelecer uma diplomacia, um tratado de paz entre os reinos africanos que existia na altura e com os conquistadores europeus. De acordo com (HOORNAERT, 1998, p. 554 apud SANTOS et al. 2016, p.03).

[...] o processo de colonização fazia parte do desígnio geral de Deus de permitir que todos os povos do mundo conhecessem a verdadeira fé. No dizer de Vieira, era impossível a evangelização sem a colonização. Por esse motivo, acreditava-se que a “descoberta” e a “conquista” das Índias tinham sido a obra do próprio Deus [...].

Pode-se perceber que, na altura a Igreja era como um mecanismo bastante eficiente para a dominação em massa, ela legitimava a ocupação de novas terras, como o propósito de conversão os povos africanos “pagãos” ao cristianismo como no caso da colônia portuguesa. Como afirma Opoku (2011, p. 597),

Os missionários foram a porta-vozes da cultura ocidental praticamente até começos da década do regime colonial, e sempre foram relativamente à religião africana: queriam converter os africanos não somente o cristianismo, mas também à cultura ocidental, que julgava impregnada de cristianismo e profundamente marcada por eles.

Pode-se perceber que a igreja católica foi aliada ao regime colonial. Ela contribuiu diretamente na afirmação da dominação colonial no continente africano, através das “missões civilizadoras” e do perceber que existe uma relação entre essas duas instituições a Igreja e o Estado tinha ou até hoje um vínculo inquebrável, ou seja, uma união que não pode ser quebrado a qualquer maneira. De acordo com o Richard, [1978/1982], p.9), define cristandade “como

uma forma determinada de relação entre Igreja e sociedade civil; relação cuja mediação fundamental é o Estado. Em um regime de cristandade, a Igreja procura assegurar sua presença e expandir seu poder na sociedade civil, utilizando antes de tudo a mediação do Estado”.

Segundo Fanon (1979), a estratégia colonial era a de convencer os indígenas de que o colonialismo devia arrancá-los das trevas e que a partida deste significaria retorno dos indígenas à barbárie, ao aviltamento, à animalidade. “A avaliação dos primeiros missionários sobre os africanos dava de conta que os africanos eram pagãos, povos sem Deus e julgava que os povos africanos eram descendentes de Caim que foi expulso por Deus” (CABRAL, 1988, p. 45). “(...) a Igreja amealhou poder por meio da propaganda e da manipulação das multidões e das imagens” (DIAS, 1996, p.12).

Portanto pode-se perceber que a Igreja católica, é ativa desde os tempos coloniais e até hoje continue atuando em diversas áreas, é bom levar em conta que, a Igreja católica atualmente é um ator importante na vida social, política e cultural do país. As intervenções Europeias, ou seja, coloniais deixaram as marcas no nosso continente.

6.2 PLURALIDADE RELIGIOSA E A DEMOCRACIA NA GUINÉ BISSAU

Segundo (Rodney 1970; Brooks 1993, 2003; Knorr e Trajano Filho 2010 *apud* FORMENTI, 2017, p.295-296), a diversidade de crenças na Guiné-Bissau é muito marcante, sendo um país de uma dimensão pequena e população pequena é um “país que é caracterizada por um grande pluralismo religioso considerado como um estado laico, resultante de inúmeros fluxos migratórios e rotas comerciais que têm vindo a se cruzar no seu território ao longo dos séculos, e esses religiões que são fruto da mistura de povos e etnias que ali se estabeleceram unidos, e formaram crenças que aqui já estavam muito antes da chegada dos portugueses no país, LOPES (1982) acredita que a luta armada provocou muito poucas alterações nos hábitos das etnias da Guiné-Bissau, embora tenha trazido inúmeras inovações.

No período após a independência da Guiné-Bissau no “início de 1980, houve a ruptura política e a implementação das reformas neoliberais no país, nesse sentido, Teixeira (2016, p.117), aponta que,

as reformas tiveram como pré-condição a realização das primeiras eleições democráticas e multipartidárias na década de 1990. Tais eleições foram vistas como promotoras do processo de democratização instrumentalizado pela política do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), o que significou a adoção de um novo receituário neoliberal de democracia, de concepção da sociedade civil e do Estado

Ao longo dos anos, a realidade Guineense é marcada de constante crise política, que exhibe as instabilidades e autoritarismos, e esses fatores atravessam a história do país, abrindo um caminho intelectual para que se possam pensar as significações do estado, da política, da Nação e da democracia, através do debate filosófico contemporâneo.

Com diversas discussões sobre Estado da Guiné-Bissau nos leva a trazer para o nosso trabalho sobre o conceito de estado que possui várias concepções atualmente. A modernidade trouxe o Estado de direito baseado na regulação e poderes por meio de normas que regem a sociedade. O Estado moderno conseguiu desenvolver aos poucos até ao ponto de conseguir levar direitos difusos nos termos da lei para a sociedade, assim também a liberdade individual e de expressão. Na concepção de Bobbio (2013, p.19) “o desenvolvimento atual da democracia não é a afirmação de um novo tipo de democracia, mas a ocupação pela democracia representativa de novos espaços da democratização do Estado à democratização da sociedade” Segundo Bobbio ainda,

o Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder (BOBBIO, 1988, p. 18).

A palavra Estado quando se inicia com a letra maiúscula define uma organização com significado de natureza política. Como afirma Lopes (2010, p. 9), o “Estado é a organização político-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público/comum, com governo próprio e território determinado”.

Estado Perfeito é aquele que reúne os três elementos principais constitutivos que são: população, território e governo -, cada um na sua integridade. O elemento governo entende-se como poder soberano irrestrito, a plena personalidade jurídica de direito público internacional.

A política é uma palavra que pode ter muitos significados, mas aqui no nosso trabalho principal conceito que usaremos é ligado ao ato de governar e de tomar decisões. A origem é a palavra grega “polis”, que se refere às cidades gregas da antiguidade. De acordo com a Rua, (2015, p.01),

polis designa especialmente a cidade-Estado grega, organizada conforme um modo de vida no qual a liberdade era um atributo dos cidadãos, tanto quanto a igualdade e a diversidade. Na cultura grega entendia-se que somente esse ambiente permitiria ao homem desenvolver plenamente suas capacidades, sendo esse o significado da frase: —o homem é um animal político. A “polis” era a comunidade de iguais que visam a uma vida que é, potencialmente,

melhor Iguais, no sentido de que a vida pública não era caracterizada pela dominação, pois todos eram cidadãos.

De acordo com o Dahl (2001, p. 21), “o termo Democracia deriva do grego, com a junção de demos, povo, e kratia, governo o que resulta em governo do povo”. O significado básico de democracia é, o seguinte, o de um sistema político em que o povo governa, e não ou aristocratas ou monarcas. Segundo Schumpeter,

a democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. E justamente este deve ser o ponto de partida para qualquer tentativa de definição (SCHUMPETER, 1961, p.295-6).

Isso, quer dizer que, a democracia é o governo no qual, o poder é exercido pelo povo, neste tipo do sistema político, todas as importantes decisões políticas estão com o povo, no caso, o poder soberano sobre o poder legislativo e o executivo, são eles que elegem seus mais altos representantes do estado, através do sufrágio universal ou melhor através do processo de seleção feito através de uma votação. Segundo Kelsen (2000, p. 25), “à democracia é a palavra de ordem que, nos séculos XIX e XX, domina quase universalmente os espíritos; mas, exatamente por isso, ela perde, como qualquer palavra de ordem, o sentido que lhe seria próprio”. Ainda segundo Kelsen (2000, p. 139),

“à ideia política do século XIX, nascida das revoluções americana e francesa do século XVIII, foi a democracia. Sem dúvida, também existiam na civilização ocidental forças extraordinárias a serviço da manutenção do princípio autocrático. Seus representantes, porém, foram estigmatizados como reacionários. O futuro pertencia a um governo pelo povo. Essa era a esperança de todos os que acreditavam no progresso, que defendiam padrões mais elevados de vida social. Foi, sobretudo, a jovem e ascendente burguesia que lutou por essa ideia”.

A democracia que é como realização de valores de convivência humana, graças a ela o homem conseguiu conquistar a maior virtude a “liberdade” muitas pessoas lutaram e morreram para garantir a democracia. Ela tem princípios que protegem a dignidade e a liberdade humana e ainda se baseia no governo da maioria, associado aos direitos individuais e das minorias. De acordo com o ensinamento da D’Avila-Levy, & Cunha (20198, p.41) A palavra Laico,

advém do substantivo grego laós, laou, significando povo, do povo, gente do povo ou multidão de pessoas. Deriva daí o adjetivo grego laikós e que passou para o latim erudito como laicus. Em português, laico tanto pode ser um substantivo como em “ele é um laico no meio de clérigos.

A noção mais precisa de Estado Laico é uma construção francesa. De acordo com as pesquisas, reflexões e debates do Ministério dos Direitos Humanos Secretaria Nacional de Cidadania Brasileira (2018, p.11),

“está ligado à Revolução Francesa e marca um contraste entre a Revolução e o Antigo Regime. O Estado se solidariza de toda a atividade religiosa e seu fundamento não é a religião. O direito passa a ser a moldura da laicidade. O Estado é neutro em matéria de crenças religiosas. Há, no entanto, um ponto importante que cabe mencionar: a laicidade diz respeito ao Estado e não à sociedade civil. A sociedade civil não é laica no sentido que tem o direito de manifestar as suas crenças e não está submetida a regras religiosas que a elas são estranhas. Assim, aquela primeira acepção de secularização proveniente das diferenças funcionais é essa que distingue a laicidade do Estado daquilo que é o espaço de liberdade da sociedade civil dotada do direito de lidar, com autonomia, com as suas próprias crenças religiosas”.

O estado laico é aquele que não tem uma religião oficial, ele respeita todas as religiões e tratam-lhes com a imparcialmente. A principal característica do estado laico impõe que ao mesmo tempo que o Estado não sofra interferência dos grupos religiosos e garante também que os grupos religiosos não sofram interferência do Estado. Este tipo de estado se desenvolve dia após dia através das diversidades e liberdade, garantindo direito, respeito a crença de todos e decisões sobre sua as vidas, sem exclusão e nem inclusão.

De acordo com a Constituição da República Guineense a partir do seu artigo 1º: “A Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laica e unitária” (Artigo 1º; 1996, p, 02).

1. Na República da Guiné-Bissau existe separação entre o Estado e as instituições religiosas.
2. O Estado respeita e protege confissões religiosas reconhecidas legalmente. A atividade dessas confissões e o exercício do culto sujeitam-se à lei (Artigo 6º; 1996, p, 03).

De acordo com a Viegas (2013, p,65) “após a conquista da independência política de Portugal em 1973, a Guiné-Bissau optou por um modelo de desenvolvimento inspirado no modelo socialista, com base no mono partidarismo, comandado pelo PAIGC, o partido que conduziu para a luta da libertação nacional do país contra o colonialismo português”.

6.2.1 Estado, religião e a política

A Religião e o Estado são duas esferas diferentes, mas que andavam juntas antes, as coisas começaram a mudar, ou seja, se separou a partir do momento que começou a ocorrer uma gradual separação entre, de um lado, o pensamento político, a filosofia, a arte, e entre as

outras questões religiosas que tem como as bases no período do Renascimento, Iluminismo que propôs que o Estado deveria ser laico, ou seja, pautado pela lógica racional.

Portanto, cada um tem o seu papel na sociedade o papel do Estado é o de garantir a ordem pública, a paz, a coexistência da diversidade, a garantia ao próprio direito de opinião e a propriedade (o de bens materiais) a Igreja não (LOPES, 2002).

Pode-se perceber que o Estado deve-se importar com as coisas deste mundo, não com as coisas de outro mundo coisas espirituais.

A Igreja é assim definida por Locke (1983, p. 28) “parece-me que uma Igreja é uma sociedade livre de homens, reunidos entre si por iniciativa própria para o culto público de Deus, de tal modo que acreditam que será aceitável pela Divindade para a salvação de suas almas”. Segundo BASTIDE (1989, p.10), “Deus não é mais que a imagem do capitalismo irracional”.

Muitas das vezes as lideranças religiosas têm mais facilidade em mobilizar politicamente os habitantes das suas religiões no momento de escolha de um candidato ou partido político, “um grande número de indivíduos moradores das comunidades mais pobres é mobilizado em prol dos candidatos indicados pela igreja, convertendo, assim, a sua fé em voto” (MAIA, 2006, p. 46-47).

Perante essa afirmação pode-se perceber que, algumas religiões e alguns líderes religiosos procuram determinar em quem os seus fiéis ou adeptos devem votar sem os usar forçar, eles apoiam determinados candidatos e permitiam aos seus seguidores a escolha livre.

Por tanto, o sujeito é livre de acordo com o (FOUCAULT ,2004 apud MAGALHÃES, 2008, p.13) “se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade em todo lugar”.

Perante esta afirmação do Michel Foucault (2004, apud, Magalhães, 2008) pode-se perceber que, há sempre relações de poder, e elas implicam em exercer o poder sobre o outro por exemplo o médico sobre o paciente o Estado sobre o cidadão, os pais sobre os filhos... Para Foucault, o poder só pode se exercer sobre sujeitos livres e na medida em que são livres, o exemplo claro disso, as pessoas vão para Igreja não porque o padre as obrigou, mas é que elas precisam.

O Pierre Bourdieu (1989) o chamaria do “poder-simbólico” trata de uma força e o domínio do sagrado e da influência da igreja na vida das pessoas e na sociedade, que determinando comportamentos e colocações sociais.

De acordo com (ORO, 2003, p. 53-69. Apud MAIA ,2006 p.103) ele deu exemplo das religiões evangélicas, ou seja, da (Igreja Universal do Reino de Deus) nos momentos das eleições,

desde 1997 (a Igreja Universal do Reino de Deus) adotou, no âmbito nacional, o modelo corporativo da ‘candidatura oficial’, cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do capital eleitoral de que dispõe. (...) Como nas demais, ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os dominicais, não somente era mencionado o nome e o número dos candidatos da igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns banners com fotos dos candidatos.

Perante a afirmação acima pode-se perceber que as religiões implicam em uma mobilização específica da memória coletiva principalmente os pais pobres, eles conseguem mobilizar as comunidades de modo a condicionar sua opção na hora do voto.

“os evangélicos constituem uma fonte de mobilização política de setores sociais desfavorecidos. Para muitas pessoas, participar de uma igreja como a IURD significa a primeira experiência de ‘conversar sobre política’ e de valorizar o voto” (ORO, 2003, p. 68 apud MAIA, 2006, p. 105). Eles “usam o discurso da batalha espiritual como elemento fundamental para o discurso interno, ou seja, para o convencimento de seus fiéis a votarem em seus candidatos”. (PEDDE, 2004. Apud MAIA, 2006, p. 108).

Perante isso podemos perceber que na Guiné-Bissau isso é bem claro ver nos momentos das eleições os chefes religiosos a participar de um comício da campanha e eles aparecem como mediadores da relação entre sociedade e Estado principalmente as camadas mais “pobres” da sociedade.

Conforme (DESCHAND ,1910, 185-186 apud PRIMOLAN, s/n p. 02)

[...] a política e a religião são hoje inseparáveis porque os políticos de hoje, sobretudo nos países ..., legislam muitíssimas vezes só com o fim de atacar, deprimir e restringir as liberdades, os direitos e a influência da Igreja.

Pode-se perceber que a Religião é muito mais do que a fé ou pratica da fé, ela tem mais haver com a questão da identidade. Quando um indivíduo diz sou cristão ou muçulmano ele está reafirmando a sua identidade falando sobre quem é, como vê o mundo, e qual é seu lugar nele, pois ela influencia na forma que as pessoas pensam, e essas formas vão-se definir as leis e a forma de viver de determinada comunidade.

7 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (2010) para que o conhecimento possa ser considerado científico, é necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação, nesse caso o método é o meio que possibilita ao pesquisador chegar a esse caminho. O “método como caminho para se chegar a um determinado fim” (Gil, 2010, p. 8). Pode-se perceber que metodologia é o caminho que o pesquisador percorre em busca da compreensão da uma determinada realidade ou fenômeno que ele pretende estudar. E por conta da natureza da nossa pesquisa decidimos trabalhar com o método qualitativo de finalidade descritiva e exploratório, Conforme Gil (2008 p. 28), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, melhorando a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Ao mesmo tempo considera que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Com base na leitura dos materiais acadêmicos e científicos publicados, por conta da sua características específico podemos extrair material extremamente rico para análise da nossa pesquisa e atingir os objetivos propostos, sabe-se que, podemos encontrar neste método a reflexão da dimensão coletiva a partir da visão individual. Para a Minayo (2008, p.57) “método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações dos produtos, das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam”.

Ainda Minayo (2001) afirma que,

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se BISSIO, Beatriz preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.22).

Em virtude dos fatos mencionados pelos os autores, trabalharemos com método qualitativo justamente por entender que ele busca entender os significados dos fenômenos individual ou coletivo para a vida das pessoas ou para os que o vivenciam, nota-se que nestas pesquisas, os pesquisadores utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas e fixa seu interesse em conhecer, descobrir, e buscar os significados das coisas e quis os sentidos que as pessoas dão a eles a fim compreender melhor o assunto que está pesquisando. Além disso, é usado para estudar a “qualidade” de um objeto.

7.1 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

De acordo com o Lakatos & Marconi (2003, p.222) “as técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados”.

Com a finalidade de atingirmos o objetivo no nosso trabalho, pretendemos utilizar as seguintes técnicas da coleta de dados: entrevista e a observação. Essas técnicas serão realizadas em três fases diferentes, mas relacionadas. Na primeira fase, será feita uma vasta pesquisa bibliográfica através das obras dos diferentes autores, livros, monografias artigos e teses acadêmicos que tratam a temática sobre o poder religioso na resolução dos conflitos políticos.

A Pesquisa Bibliográfica, segundo Gil (1994, p. 65), “é aquela que é desenvolvida a partir da base de material que já foi preparado, construído principalmente nos livros e artigos” De acordo com António Carlos Gil (2008), a pesquisa bibliográfica seria uma pesquisa de carácter analítica como pode observar,

é um tipo de pesquisa que é feita a partir de análises de matérias já desenvolvidas, e ela é feita principalmente através de livros, artigos científicos e teses. A vantagem da pesquisa bibliográfica baseia-se no fato que ela proporciona ao investigador um conjunto de matérias muito grande em relação ao que o investigador pesquisa diretamente. De igual modo a pesquisa bibliográfica é muito importante para estudar o passado, porque para entendermos os fatos passados precisam de outros dados já existente. É aconselhado ter muitas cautelas com esses dados secundários ou fontes porque, muitas das vezes a coleta ou o processamento desses dados ou fontes são equivocadas (GIL, 2008, p. 50).

No nosso caso, utilizaremos materiais virtuais que se encontram no Google, dissertações de mestrado, artigos científicos, livros, teses de autores que abordaram o tema, entre outros que são necessários.

7.2 DISCRICÃO DOS PARTICIPANTES

Na segunda fase, será feita uma pesquisa de campo, onde o intuito será de vivenciar e realizar uma reflexão sobre as relações entre os líderes religiosos e os líderes políticos. Ainda serão entrevistadas 10 (dez) pessoas de uma forma livre, os líderes religiosos de diferentes confissões religiosas, os 2 bispos das duas dioceses de Bissau e de Bafatá, 2 (dois) pastores evangélicos, 29 (vinte e nove), ¹**Imames**” da mesquita central de Bissau e do segundo capital Bafatá, 2 (dois) régulos de Bissau, presidente da Assembleia Nacional popular no qual reúnem os ministros e os deputados e o presidente da Liga dos Direitos Humanos. Escolhemos entrevistar essas pessoas porque achamos por bem que eles representam um papel muito importante em nossa sociedade, de acordo com Richardson (1999, p. 207), “a entrevista é um

¹**Imame, imamo** ou **imã**- em árabe significa “guia espiritual”, “condutor” é um título muçulmano que designa o sacerdote encarregado de dirigir as preces na mesquita ou melhor é o título atribuído ao ministro religioso na Igreja muçulmana é uma espécie de padre muçulmana.

modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A para uma pessoa B”,

“o termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas”. (RICHARDSON 1999, p. 207).

Ainda nesta terceira fase será realizada uma visita ao palácio de governo, e a Assembleia Nacional Popular em Bissau, na tentativa de entender como ocorrem as negociações entre os políticos e a comunidade religiosa.

8 REFERENCIA

ARSEGO, Francieli. **“Catolicismo E Protestantismo: A Influência De Ambos Na Vida Econômica Da Idade Média Aos Dias Atuais”**. Florianópolis/Sc 2008. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291805.pdf>. Acesso em: 23/04/2020

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas No Brasil. Contribuição A Uma Sociologia Das Interpenetrações De Civilizações**. 3ª edição. Livraria Pioneira Editora. São Paulo. 1989. Acesso em 23/02/2020

BASTIDE, Roger. **Religiões Africanas e estruturas de civilização. Conferência pronunciada durante o II congresso Internacional de Africanistas realizado em Datar, em dezembro de 1967**. disponível em: file:///C:/Users/HIPER/Downloads/20672-70615-1-SM.pdf

BISSIO, Beatriz. **O mundo falava árabe. A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de IbnKhalidun e IbnBattuta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012;

BOBBIO, Norberto. **Democracia, direitos humanos, guerra e paz / Giuseppe Tosi (Org.) v.1.- João Pessoa**: Editora da UFPB, 2013. v.2. 381p. disponível em: Norberto Bobbio: democracia, direitos humanos, guerra e paz / Giuseppe Tosi (Org.) – v.1.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. v.2. 381p. acesso em 21 de setembro de 2019;

BOURDIEU, Pierre. **o poder simbólico**. 1989. disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 26/03/2020

BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Editora Unesco, 2010. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/hist_geral_7_0.pdf. acesso em: 18/04/2020

CAMPOS, Américo (2012). **História da Guiné-Bissau em datas**”. Disponível em: <https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissau-em-datas.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2019;

CANDÉ, Iero, 1974 A 2010. **São Francisco De Conde 2019**. Disponível em: http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1441/1/2019_proj_ierocande.pdf Acessado em: 24/03/20220

CABRAL, Vasco. **Colonização e Religião. Da primeira evangelização à colonização dos povos da Guiné:** Soronda Revista dos Estudos Guineenses. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP nº 5 jan. 88.

CABRAL, Vinicius. **A África antes dos europeus. historiazine 2016.** Disponível em: <https://www.historiazine.com/2016/02/a-africa-antes-dos-europeus.html>. Acesso em: 14/04/2020

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1996. Disponível em: https://www.right2info.org/resources/publications/laws-1/laws_guinea-bissau_constitution. Acessado em: 24/03/2020

D'AVILA -LEVY & CUNHA, Claudia Masini; **Luiz Antônio: Embates em torno do Estado laico** [livro eletrônico] /. – São Paulo: SBPC, 2018. 292 p. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/estadolaico.pdf>. Acesso em 22 de set de 2019,

DAHL. Robert A, **Sobre a democracia** / Robert A. Dahl: tradução de Beatriz Sidou. - Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001. Disponível em: <https://oidmercosul.files.wordpress.com/2012/11/63830651-dahl-robert-sobre-a-democracia.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2019.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)** I Romualdo Dias. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. - (Prismas). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000021.pdf>. Acesso em 25/03/2020

DOMINGOS, Luís Tomás: **A complexidade da dimensão religiosa da medicina Africana tradicional,**2015. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Disponível em: <file:///C:/Users/HIPER/Downloads/A%20complexidade%20da%20dimens%C3%A3o%20religiosa%20-%20Lu%C3%ADs%20Tom%C3%A1s.pdf> Acesso???

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Guiné-Bissau; Brasil Escola, 2019.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/guinebissau.htm>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. Acesso em 20/11/2019.

FORMENTI, “**Rumo a uma fé global: história do movimento evangélico na Guiné-Bissau**”, EtnográficaOnline], vol.21(2) 2017. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portalfiles/3498745/etnografica_4912_1.pdf. Acesso em 18 de setembro de 2019.

GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. **O livro das religiões.** Tradução Isa Mara Lando; revisão técnica e apêndice Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: [file:///C:/Users/HIPER/Downloads/O%20livro%20das%20religi%C3%B5es%20by%20HELLERN%20Victor,%20Henry%20NOTAKER.,%20GAARDER,%20Jostein%20\(z-lib.org\).pdf](file:///C:/Users/HIPER/Downloads/O%20livro%20das%20religi%C3%B5es%20by%20HELLERN%20Victor,%20Henry%20NOTAKER.,%20GAARDER,%20Jostein%20(z-lib.org).pdf). Acesso em: 31/03/2020

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social,** São Paulo, Atlas, 1994. Disponível em: <https://materialinglesfe.files.wordpress.com/2012/11/texto-03-delineamento-da-pesquisa.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2019;

GIL, Antônio Carlos (2008). “**Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**”. Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: em 16 de julho de 2019

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos. – 6. Ed. – 3. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2010

JÚNIOR, Luís Fernandes. **Religião Como Meio De Resistência Cultural Na Guiné-Bissau. Bahia:** UNILAB, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/HIPER/Downloads/2016_mono_lfernandesjunior.pdf

KELSEN, Hans. **A Democracia** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Disponível em <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Democracia.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2019

KRADER, Lawrence. **A Formação do Estado**. Tradução, Regina Lucia M. Morel. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em 26 julho de 2019.

LOBO, Marina Costa, NETO Octavio; **O semipresidencialismo e a democratização da lusofonia**. In Amorim, Octavio Neto; Lobo, Marina Costa (Orgs). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. Disponível em: https://www.ics.ulisboa.pt/sites/ics.ulisboa.pt/files/Imprensa/o_semipresidencialismo_nos_paises_de_lingua_portuguesa_-_introducao.pdf. Acesso em 24/03/2020

LOPES, J. R. de L. **O Direito na História: lições introdutórias**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

LOPES, André Luiz (2010) “**Noções de teoria geral do estado: Roteiro de Estudos. Escola Superior Dom Helder Câmara**. Belo Horizonte 2010. Disponível em: <https://domtotal.com/direito/uploads/pdf/1627aa4f30ef0e7c1b149fccd97700c2.pdf> Acesso: 19 de setembro de 2019

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982;

LOCKE, J. **A letter concerning toleration**. Ed. and intr. by James Tully. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1983.

MATOS, Keila. **Contextualização histórica, sociocultural e religião do islamismo**. Goiania: Editora, V.19, N.5/6, (2009). Disponível em: <file:///C:/Users/HIPER/Downloads/1067-3436-1-PB.pdf>. Acesso: 15 de outubro de 2019.

MAIA, Eduardo L C, 2006, **Os evangélicos e a política**, Revista Eletrônica dos Pós - Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 2 nº 2 (4). Disponível em: [file:///C:/Users/HIPER/Downloads/13538-41700-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HIPER/Downloads/13538-41700-1-PB%20(1).pdf) . Acesso em: 24/03/2020

MENDES, Irina **A Prática Do Ucó: Cosmo-Ontologia Manjaco Sobre Materialização Do Corpo Na Diversidade Corporal**. 2018. disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180940/001072897.pdf?sequence=1>

MOIO, Rui. Antologia: **Mandingas, ou um pouco da história da Guiné.** Disponível em: antologiasemprosa.blogspot.com.br/2008/04/24/mandingas-ou-um-pouco-da-historia-da-html.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MBITI, J. S. **African Religions and Philosophy.** London: Heinemann, 1969. 2a. ed., 1990.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA. **Estado Laico Intolerância e Diversidade Religiosa no Brasil: Pesquisas, reflexões e debates.** 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/diversidade-religiosa/publicacoes-1/LIVROESTADOLAICO2018.pdf>. Acesso em 22 de set de 2019.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. “**Violência e/ou poder.**” In: **Poder, normalização e violência. Incursões foucaultianas para a atualidade,** por Org. Izabel C. Friche Passos. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

OPOKU, Kofi Asare. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial.** In história Geral da África II: África sob dominação colonial, 1880-1935/ editado por Albert Boahen- 2 ed. Ver. -Brasília: UNESCO, 2010. disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/hist_geral_7_0.pdf .

OPOKU, Kofi Asare. **A religião na África durante a época colonial.** In: BOAHEN, Albert Adu et al. História Geral de África: África sob a dominação colonial. 3. ed. Brasília: Cortez, 2011.

PELÓGIA, Rosa Aparecida; GONÇALVES José Henrique Rollo: **OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE.** Parana, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_hist_pdp_rosa_aparecida_pelogia.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2019

PRIMOLAN, Emílio Donizete: **CATOLICISMO E POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA NAS ELEIÇÕES DE 1933.** Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Primolan,%20Emilio%20Donizete.pdf> acesso em: 25/03/2020

PORTAL HPIP. 2020. Disponível Em: <https://hPIP.org/pt/heritage/details/1752>

QUEIROZ, Thaís de Oliveira. **Trajetórias democráticas e estratégias de liberalização política: a evolução da democracia nos países africanos de língua oficial portuguesa no pós-guerra fria.** Brasília: Universidade De Brasília – UNB, 2017. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23670/1/2017_Tha%C3%ADsdeOliveiraQueiroz.pdf f. Acesso em: 27 de outubro de 2019

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 327p. ISBN: 8522421110. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/44270778/richardson-roberto-pesquisa-social-metodos-e-tecnicas.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2019

RICHARD, P. ([1978/1982]). **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. 2ª ed. (trad. Neroaldo Pontes de Azevedo). São Paulo: Paulinas.

ROCHA, Ana Paula Xavier da. **Organização e representação do conhecimento em religiões não cristãs na Classificação Bibliográfica de Bliss**. Rio De Janeiro 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/HIPER/Downloads/TCC-%20ANA%20PAULA%20XAVIER%20DA%20ROCHA.pdf>. Acesso em: 14/04/2020

RUA, Maria das Graças. **Ciência Política: conceitos básicos**. Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas, 2015. Disponível em: http://igepp.com.br/uploads/arquivos/igepp_texto_basico_ciencia_politica.pdf. Acesso em: 15 de setembro

SANTOS, Atenor Junior Pinto dos; LOURÊDO, Gabriela Ferreira e SOUZA, Heloizza Kelly Marques de: **Exploração portuguesa na África colonial: cristianismo como forma de dominação e estratégia política dos reis africanos**, Bahia, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1474756381_ARQUIVO_ExploracaoportuguesanaAfricacolonialcristianismocomoformadedominacaoeeestrategiapoliticadoseisaffricanos.pdf. Acesso em 25/03/2020

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8685/1/2013_dis_akbpereira.pdf. Acesso em 19 de setembro de 2019

TARNAS, Richard. **A Epopéia do pensamento Ocidental para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo**. 8ª edição. Bertrand Brasil, 1999. Disponível em: [file:///C:/Users/HIPER/Downloads/A%20epope%CC%81ia%20do%20pensamento%20ocidental%20-%20para%20compreender%20as%20ide%CC%81ias%20que%20moldaram%20nossa%20visao%CC%83o%20de%20mundo%20by%20Richard%20Tarnas%20\(z-lib.org\).pdf](file:///C:/Users/HIPER/Downloads/A%20epope%CC%81ia%20do%20pensamento%20ocidental%20-%20para%20compreender%20as%20ide%CC%81ias%20que%20moldaram%20nossa%20visao%CC%83o%20de%20mundo%20by%20Richard%20Tarnas%20(z-lib.org).pdf). Acesso em: 17/04/2020

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas « **Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações** », Cadernos de Estudos Africanos [Online], 31 | 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/HIPER/Downloads/cea-2043.pdf>. Acesso em: 24/03/2020

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS NAÇÕES, e Censo em 2020. Disponível em: <https://countrymeters.info/pt/Guinea-Bissau>. Acesso em: 23/10/2020

VIEGAS, Claudia Augusta Tavares. **Justiça de Transição na Guiné-Bissau -o papel das operações de manutenções da paz**. São Paulo, 2013. Disponível em file:///C:/Users/HIPER/Downloads/TESE_MESTRADO_CLAUDINA_VIEGAS.pdf. Acesso em: 1 de outubro de 2019

WEBER, Max (2004). “**A política como vocação**”, em **Ciência e política: duas vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Motta. 6. ed. São Paulo: Cultrix

WILKINSON, P. Guia ilustrado Zahar: **religiões**. Rio de Janeiro, Zahar, 2011. Acesso em 14/12/2019.